

## EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO EMERGENTE: INTERFACES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS DOCENTES

### EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND EMERGENT LITERACY: INTERFACES BETWEEN PUBLIC POLICIES AND TEACHING PRACTICES

Lenilda Cavalcanti de Almeida<sup>1</sup>  
Marcela Tarciana Cunha Silva Martins<sup>2</sup>  
Rúbia Kátia Azevedo Montenegro<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo discutir a Educação Infantil como etapa inicial do direito à alfabetização, destacando seus fundamentos teóricos, pedagógicos e legais. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque bibliográfico, fundamentada em autores como Vygotsky, Piaget, Ferreiro, Smolka, entre outros, bem como em documentos normativos, como a Constituição Federal, a LDB e a BNCC. A análise do referencial teórico permitiu evidenciar que a alfabetização é um processo que se inicia na infância, por meio de experiências significativas com a linguagem oral e escrita, desenvolvidas em contextos lúdicos e interativos. Os resultados apontam que a Educação Infantil, quando realizada com intencionalidade pedagógica, respeito ao desenvolvimento infantil e mediação docente qualificada, contribui de forma decisiva para a construção das habilidades necessárias à alfabetização. Além disso, observou-se que a ausência de políticas públicas eficazes e equitativas compromete esse direito, sendo possível a responsabilização judicial do Estado por omissão. Conclui-se que assegurar o acesso universal e de qualidade à Educação Infantil é condição fundamental para garantir o direito à alfabetização e promover a justiça educacional. Recomenda-se o aprofundamento de pesquisas empíricas sobre práticas pedagógicas nessa etapa, bem como investimentos contínuos na formação docente e na articulação entre escola, família e comunidade.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Alfabetização. Direito à Educação. Políticas Públicas. Práticas Pedagógicas.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss Early Childhood Education as the initial stage of the right to literacy, highlighting its theoretical, pedagogical, and legal foundations. This is a qualitative study with a bibliographic approach, grounded in authors such as Vygotsky, Piaget, Ferreiro, Smolka, among others, as well as in normative documents such as the Federal Constitution, the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), and the National Common Core Curriculum (BNCC). The analysis of the theoretical framework made it possible to demonstrate that literacy is a process that begins in early childhood through meaningful experiences with oral and written language, developed in playful and interactive contexts. The results indicate that Early Childhood Education, when carried out with pedagogical intentionality, respect for child development, and qualified teacher mediation, contributes decisively to the construction of skills necessary for literacy. In addition, it was observed that the absence of effective and equitable public policies compromises this right, making the State subject to legal accountability due to omission. It is concluded that ensuring universal access to high-quality Early Childhood Education is a fundamental condition for guaranteeing the right to literacy and promoting educational justice. Further empirical research on pedagogical practices at this educational stage is recommended, as well as continuous investment in teacher education and in strengthening the articulation between school, family, and community.

**Keywords:** Early Childhood Education. Literacy. Right to Education. Public Policies. Teaching Practices.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação – Veni Creator Christian University.

<sup>2</sup> Professora Orientadora da Veni Creator Christian University.

<sup>3</sup> Professora Orientadora da Veni Creator Christian University.

## INTRODUÇÃO

A alfabetização, compreendida como um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), constitui um dos pilares da educação básica e da formação cidadã. Nesse contexto, a Educação Infantil desponta como a etapa inaugural e estruturante do processo de aquisição da linguagem escrita, sendo responsável por proporcionar às crianças as primeiras experiências com a oralidade, a escuta e o contato com diferentes práticas sociais de linguagem.

Apesar de sua importância reconhecida, a Educação Infantil ainda é frequentemente subestimada, sendo tratada como mero espaço de cuidado, e não como instância formativa essencial para o desenvolvimento integral da criança e para a construção de competências prévias à alfabetização. Tal compreensão reducionista compromete não apenas a qualidade da educação, mas também o acesso equitativo ao direito à alfabetização, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

A relevância do presente estudo reside, portanto, na necessidade de fortalecer a compreensão da Educação Infantil como direito educacional e como base efetiva para uma alfabetização significativa. Ao considerar os aportes teóricos de autores como Vygotsky, Piaget, Ferreiro, Smolka, entre outros, bem como os dispositivos legais e normativos vigentes, busca-se analisar como essa etapa pode e deve, contribuir para a formação de sujeitos leitores e escritores desde os primeiros anos de vida.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir, à luz da literatura especializada e das diretrizes legais, a Educação Infantil como etapa inicial do direito à alfabetização, destacando seus fundamentos teóricos, pedagógicos e políticos. Pretende-se, com isso, oferecer subsídios que contribuam para a formulação de políticas públicas, a qualificação das práticas docentes e o fortalecimento da justiça educacional no Brasil.

## A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ETAPA INICIAL DO DIREITO À ALFABETIZAÇÃO

A Educação Infantil representa a base estruturante para a efetivação do direito à alfabetização, conforme previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa etapa não deve ser vista apenas como um espaço de cuidado, mas como um direito educacional que promove experiências significativas e prepara as crianças para a aprendizagem formal da leitura e da escrita. A ausência de políticas públicas eficazes e equitativas na Educação Infantil pode comprometer o percurso educacional futuro, sendo

possível, inclusive, a responsabilização judicial do Estado por negligência neste direito fundamental.

Conforme aponta Vygotsky (1984, p. 92), o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da mediação social, e a Educação Infantil deve ser organizada de forma a proporcionar interações significativas com a linguagem, a cultura escrita e o mundo simbólico. Ao promover ambientes ricos em comunicação oral, brincadeiras e contato com textos diversos, essa etapa potencializa as capacidades cognitivas e linguísticas das crianças, facilitando a transição para a alfabetização formal. O direito à Educação Infantil, portanto, é indissociável do direito à alfabetização, sendo o primeiro passo para sua plena garantia.

Estudos como os de Moraes (2012, p. 87) evidenciam que

o contato precoce com práticas de letramento, ainda que não sistemáticas, contribui significativamente para a construção de hipóteses sobre o funcionamento da escrita. Isso demonstra que a alfabetização não começa apenas no Ensino Fundamental, mas é um processo que se inicia na infância e deve ser cultivado desde os primeiros anos escolares. Negligenciar essa etapa compromete não apenas o desenvolvimento integral da criança, mas também o direito constitucional à educação de qualidade.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) reforça esse entendimento ao orientar que o trabalho pedagógico na Educação Infantil deve desenvolver as habilidades de linguagem oral, de escuta atenta e de aproximação com a escrita, por meio de situações lúdicas e contextualizadas. A imersão das crianças em práticas sociais de linguagem, como rodas de leitura, contação de histórias e exploração de diferentes gêneros textuais, é essencial para a construção de uma base sólida para a alfabetização. Como destaca Soares (2017, p. 63), essas experiências são fundamentais para que a alfabetização ocorra de maneira fluida e significativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, é fundamental destacar que o brincar, a oralidade e as interações sociais são os principais instrumentos pedagógicos da Educação Infantil. Piaget (1975, p. 112) enfatiza que o jogo simbólico favorece o desenvolvimento de estruturas cognitivas fundamentais para o pensamento abstrato, necessário à compreensão do sistema de escrita. Já Kleiman (2008, p. 37) ressalta que a oralidade é a base sobre a qual se estrutura a linguagem escrita, sendo a escuta, a fala e o diálogo essenciais para o sucesso da alfabetização futura.

Além do aspecto pedagógico, a Educação Infantil tem uma dimensão política e jurídica que deve ser considerada. A omissão do poder público em garantir vagas e infraestrutura adequadas nesta etapa configura violação ao direito à educação e pode ser objeto de ação judicial, conforme o entendimento de diversos tribunais brasileiros. A atuação do Poder Judiciário tem

sido importante para garantir que Estados e municípios cumpram sua obrigação legal de assegurar o acesso universal à Educação Infantil, com qualidade e equidade.

A exposição à cultura escrita também deve ser compreendida como parte essencial da formação cidadã das crianças. Ferreiro e Teberosky (1985, p. 57) demonstram que,

ao ter contato com textos, sinais, embalagens e livros desde cedo, a criança começa a formular hipóteses sobre a escrita e se aproxima do processo de alfabetização de maneira autônoma e crítica. Por isso, é dever do Estado oferecer instituições que favoreçam essa aproximação, por meio de ambientes alfabetizadores e profissionais qualificados.

Nesse processo, a participação da família e da comunidade é igualmente relevante. O ambiente doméstico exerce uma forte influência no desenvolvimento da linguagem e da curiosidade pela escrita. Conforme Bronfenbrenner (2006, p. 72), o microssistema familiar tem papel determinante na formação das primeiras habilidades cognitivas e linguísticas. Incentivar a leitura em casa e fortalecer a parceria entre escola e família são medidas indispensáveis para assegurar a continuidade das práticas de letramento iniciadas na Educação Infantil.

Garantir a qualidade da Educação Infantil é assegurar a base para a justiça educacional. A negligência estatal nesta etapa não apenas compromete a aprendizagem futura, mas fere o princípio constitucional da igualdade de oportunidades. A judicialização da falta de acesso à Educação Infantil e a inadequação das condições ofertadas é uma forma legítima de exigir a efetivação do direito à alfabetização, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social.

A Educação Infantil constitui a etapa inaugural do direito à alfabetização e desempenha papel essencial na formação das bases cognitivas, linguísticas, emocionais e sociais das crianças. Reconhecida como direito pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essa fase da educação básica deve oferecer experiências que, respeitando o desenvolvimento infantil, favoreçam a construção de habilidades fundamentais para a leitura e a escrita. Sua negação ou precarização representa uma violação do direito à educação integral, podendo gerar responsabilização do Estado por omissão, inclusive por meio da atuação judicial (BRASIL, 1996).

A mediação qualificada do professor na Educação Infantil é decisiva para garantir que o contato com a linguagem escrita ocorra de forma significativa, contextualizada e respeitosa com os tempos da infância. Smolka (2013, p. 83) defende que “o professor deve atuar como um mediador que instiga a curiosidade das crianças e possibilita sua aproximação com a cultura escrita de maneira lúdica e prazerosa”. Isso implica evitar antecipações forçadas do ensino formal da leitura e da escrita, as quais podem resultar em desinteresse e dificuldades futuras.

A antecipação precoce da alfabetização pode, segundo Ferreiro (1999, p. 64), gerar ansiedade, desmotivação e comprometer a aprendizagem significativa. A alfabetização, conforme essa perspectiva, deve emergir das experiências reais e simbólicas da criança com a linguagem e não ser imposta de maneira mecânica. Assim, a Educação Infantil deve propiciar situações de letramento que valorizem a oralidade, a escuta atenta, o brincar simbólico e o contato espontâneo com diversos textos.

A tecnologia, quando utilizada com intencionalidade pedagógica, pode enriquecer o repertório linguístico das crianças e ampliar suas formas de interação com a linguagem escrita. Kenski (2019, p. 102) argumenta que,

as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de interação com a linguagem escrita, tornando o aprendizado mais dinâmico e acessível. No entanto, é fundamental que essas ferramentas sejam integradas ao planejamento didático e mediadas por educadores sensíveis ao desenvolvimento infantil.

Outro ponto relevante na preparação para a alfabetização é o desenvolvimento da consciência fonológica, que envolve a percepção dos sons da fala e sua correspondência com a escrita. Atividades que trabalham rimas, aliterações e jogos com sons e letras são estratégias eficazes. Como apontam Capovilla e Capovilla (2004, p. 78), “a consciência fonológica é uma das principais habilidades preditoras do sucesso na alfabetização, sendo essencial que seja trabalhada desde os primeiros anos escolares”.

5

As experiências multissensoriais também são potentes aliadas nesse processo. Atividades que envolvem tato, visão e audição: como o uso de letras móveis, alfabeto de EVA e traçado de letras em areia, ampliam a percepção das crianças sobre os elementos da escrita. Capovilla e Capovilla (2004, p. 81) reforçam que “a manipulação concreta de materiais auxilia na construção de representações mentais sólidas sobre o sistema alfabético”.

A contação de histórias ocupa papel de destaque na introdução ao universo da escrita. Abramovich (2016, p. 57) defende que “ouvir histórias é uma das primeiras formas de letramento, pois permite à criança entrar em contato com diferentes gêneros textuais e compreender a função social da escrita”. A literatura oral e o compartilhamento de narrativas favorecem o desenvolvimento da linguagem e criam vínculos afetivos com os textos.

Mesmo sem ensino formal, o contato com diversos gêneros textuais é essencial. Kleiman (2008, p. 42) observa que “a exposição a múltiplos gêneros textuais desde a infância permite que as crianças compreendam que a escrita serve a diferentes propósitos e contextos”. Listas, receitas, rótulos, poesias e anúncios publicitários são exemplos que, quando apresentados

em situações significativas, despertam a curiosidade e familiarizam as crianças com a linguagem escrita.

O planejamento pedagógico na Educação Infantil deve integrar essas experiências de forma articulada e intencional. Smolka (2013, p. 94) afirma que “o professor deve atuar como mediador do conhecimento, organizando ambientes que favoreçam a construção do pensamento e da linguagem”. Isso envolve a escolha de materiais adequados, organização de espaços convidativos e propostas que estimulem a participação ativa das crianças.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) orienta que a alfabetização emergente na Educação Infantil deve acontecer de forma integrada aos campos de experiência e às práticas sociais de linguagem. De acordo com o documento, “as experiências com a linguagem escrita devem estar relacionadas ao cotidiano da criança, permitindo que ela compreenda a função da escrita na sociedade” (BRASIL, 2018, p. 67). A abordagem interdisciplinar, que articula linguagem, artes, matemática e ciências, contribui para uma aprendizagem mais ampla e contextualizada.

Outro fator determinante na preparação para a alfabetização é a redução das desigualdades educacionais entre crianças que frequentam a Educação Infantil e aquelas que não têm acesso a essa etapa da escolarização. Pesquisas demonstram que a ausência da pré-escola compromete o desenvolvimento de competências linguísticas e cognitivas fundamentais, dificultando significativamente a aprendizagem da leitura e da escrita no Ensino Fundamental.

A Educação Infantil, nesse contexto, atua como um mecanismo de equidade social, ao proporcionar oportunidades de desenvolvimento mais homogêneas para crianças de diferentes origens sociais e econômicas. Para Moraes (2012, p. 92), “a universalização do acesso à Educação Infantil deve ser uma prioridade das políticas educacionais, pois essa etapa cumpre função estruturante na formação das condições para a alfabetização”.

A qualidade da Educação Infantil está diretamente relacionada à formação dos profissionais que atuam nessa etapa. No entanto, muitos professores ainda carecem de uma formação específica que aborde o letramento emergente e as práticas de linguagem adequadas à infância. A ausência dessa formação compromete a capacidade do educador de criar experiências significativas com a linguagem escrita e oral.

Como afirma Hoffmann (2014, p. 108), “a formação continuada dos professores da Educação Infantil deve incluir conhecimentos sobre desenvolvimento da linguagem, aquisição da escrita e metodologias interativas que favoreçam o aprendizado”, indicando que a política

pública de valorização e capacitação docente é um pilar indispensável para o sucesso da alfabetização futura.

A avaliação na Educação Infantil também desempenha um papel estratégico na preparação para a alfabetização. Ao contrário do Ensino Fundamental, onde muitas vezes prevalece uma avaliação de caráter classificatório, na Educação Infantil a avaliação deve assumir um perfil diagnóstico, processual e formativo, centrado na observação das interações, produções e trajetórias das crianças.

A avaliação na Educação Infantil deve ser um processo de observação e registro das aprendizagens, permitindo que o professor compreenda as necessidades e avanços dos alunos". Instrumentos como portfólios, relatórios reflexivos e registros audiovisuais são fundamentais para acompanhar o progresso no uso da linguagem e nas primeiras hipóteses sobre a escrita (HOFFMANN, 2011, p. 99).

O fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade é outro eixo essencial da preparação para a alfabetização na infância. A literatura mostra que o envolvimento ativo das famílias no processo educativo amplia as oportunidades de letramento no cotidiano das crianças. Bronfenbrenner (2006, p. 85) sublinha que "o desenvolvimento infantil ocorre em um sistema de influências interconectadas, sendo essencial que a escola e a família trabalhem juntas para potencializar o aprendizado". Programas de incentivo à leitura no lar, oficinas para pais e projetos de circulação de livros entre casa e escola são práticas promissoras que promovem uma cultura de valorização da linguagem escrita.

É imprescindível que a Educação Infantil respeite os tempos e ritmos individuais de cada criança, reconhecendo a singularidade de seus processos de aprendizagem. A imposição de metas padronizadas ou antecipações indevidas da alfabetização pode gerar efeitos negativos, como ansiedade, baixa autoestima e rejeição ao ato de ler e escrever.

Soares (2017, p. 115) conclui que "a Educação Infantil deve ser um espaço de experimentação, ludicidade e construção coletiva do conhecimento, permitindo que a alfabetização ocorra de forma natural e prazerosa nos anos seguintes". Garantir um ambiente pedagógico inclusivo, criativo e acolhedor é condição indispensável para que a alfabetização se consolide como um direito efetivo de todas as crianças, e não como privilégio de algumas.

## METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, cujo objetivo é discutir e analisar a importância da Educação Infantil como etapa inicial do direito à alfabetização, com base em referenciais teóricos consolidados na área da



educação. A escolha pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os fundamentos legais, pedagógicos e psicológicos que embasam a relação entre a Educação Infantil e o processo de alfabetização, a partir de uma leitura crítica de obras e documentos normativos relevantes.

Foram utilizados como fontes principais livros, artigos científicos, legislações educacionais e diretrizes curriculares, com destaque para a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de contribuições de autores como Vygotsky, Piaget, Ferreiro, Teberosky, Smolka, Kleiman, Soares, Capovilla, Bronfenbrenner, Abramovich e Kenski. A seleção dos materiais foi guiada pela pertinência temática, atualidade e relevância acadêmica, visando à construção de um referencial teórico sólido que sustentasse as reflexões desenvolvidas.

A análise dos textos foi realizada por meio da leitura interpretativa e da identificação de categorias temáticas relacionadas à alfabetização, ao letramento emergente, às práticas pedagógicas, à formação docente, ao papel da família e às políticas públicas de Educação Infantil. A metodologia adotada possibilitou a construção de um panorama argumentativo fundamentado, sem a realização de coleta de dados empíricos, mas com respaldo em estudos já consolidados na literatura educacional.

8

Essa abordagem permitiu desenvolver uma análise crítica e fundamentada sobre os desafios e as potencialidades da Educação Infantil no contexto da garantia do direito à alfabetização, respeitando os princípios éticos da pesquisa acadêmica e contribuindo para o debate sobre justiça educacional e equidade no acesso ao conhecimento.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos referenciais teóricos evidenciou que a Educação Infantil desempenha papel essencial na construção das bases necessárias para a alfabetização, sendo esta entendida como um direito que deve ser assegurado desde os primeiros anos escolares. Ao longo da revisão bibliográfica, constatou-se a convergência entre diferentes autores e documentos normativos quanto à importância de um ambiente alfabetizador rico, que estimule práticas de linguagem de forma lúdica, contextualizada e respeitosa ao desenvolvimento infantil.

Vygotsky (1984), Piaget (1975) e Ferreiro e Teberosky (1985) reforçam a noção de que o desenvolvimento da linguagem escrita é um processo interativo, que se inicia nas interações sociais e culturais vivenciadas pela criança. A partir disso, observa-se que o contato precoce com



práticas significativas de letramento, ainda que não sistematizadas, favorece a formação de hipóteses sobre a escrita, promovendo uma transição mais fluida para a alfabetização formal.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a LDB/1996 apontam para a necessidade de práticas pedagógicas que articulem o brincar, a oralidade, a escuta e o contato com múltiplos gêneros textuais como fundamentos para a alfabetização. A análise também evidencia que a ausência de políticas públicas que garantam acesso universal e equitativo à Educação Infantil representa uma violação do direito à educação, sendo passível de judicialização.

Os autores consultados, como Smolka (2013), Kleiman (2008), Soares (2017) e Capovilla e Capovilla (2004), convergem ao afirmar que a formação docente específica, o planejamento pedagógico intencional e a avaliação processual são elementos indispensáveis à eficácia das práticas de letramento na Educação Infantil. A valorização da escuta ativa da criança e o respeito aos seus ritmos de aprendizagem surgem como fatores determinantes para que a alfabetização ocorra de forma significativa e prazerosa.

Outro ponto analisado refere-se ao papel da família no processo de desenvolvimento linguístico da criança. Bronfenbrenner (2006) destaca que o ambiente familiar integra o microsistema de maior influência na infância, e, portanto, ações integradas entre escola e família ampliam as possibilidades de letramento no cotidiano.

Foi possível verificar que a Educação Infantil, ao promover experiências multissensoriais, a contação de histórias, o uso de tecnologias com intencionalidade pedagógica e a vivência de práticas sociais de linguagem, constitui-se como alicerce para uma alfabetização efetiva. Assim, reafirma-se a tese de que garantir a qualidade nessa etapa é condição *sine qua non* para assegurar o direito à alfabetização e, consequentemente, à justiça educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu reafirmar a centralidade da Educação Infantil como etapa fundamental para a garantia do direito à alfabetização. Os estudos revisados indicam que o processo de aquisição da linguagem escrita tem início ainda nos primeiros anos de vida, por meio de interações sociais significativas, brincadeiras, contato com textos diversos e experiências de letramento emergente, sendo, portanto, equivocado restringir a alfabetização apenas ao Ensino Fundamental.

A articulação entre os aportes teóricos de Vygotsky, Piaget, Ferreiro, Teberosky, Smolka, Soares, Kleiman, Capovilla, entre outros, e os documentos normativos como a

LDB/1996 e a BNCC, demonstrou que a efetivação do direito à alfabetização passa pela valorização da Educação Infantil enquanto espaço de experiências significativas com a linguagem oral e escrita. Destacou-se, ainda, o papel da formação docente, da parceria com a família, da avaliação formativa e da intencionalidade pedagógica como elementos estruturantes desse processo.

Do ponto de vista das implicações práticas, os achados reforçam a urgência de políticas públicas que assegurem o acesso universal, equitativo e com qualidade à Educação Infantil, principalmente em contextos de vulnerabilidade social. Além disso, evidenciam a necessidade de investimentos na formação inicial e continuada dos professores, bem como na estruturação de ambientes alfabetizadores, inclusivos e respeitosos aos tempos da infância.

Como limitação, destaca-se a natureza exclusivamente bibliográfica da pesquisa, o que restringe a generalização empírica das reflexões apresentadas. No entanto, a base teórica sólida oferece subsídios importantes para o aprofundamento do debate.

Recomenda-se que futuras pesquisas explorem empiricamente as práticas pedagógicas de letramento na Educação Infantil, bem como os impactos de diferentes modelos de formação docente nesse processo. Também se mostram relevantes estudos comparativos entre redes de ensino quanto à efetividade das políticas voltadas à alfabetização na primeira infância.

10

Dessa forma, este estudo contribui para o fortalecimento da compreensão da Educação Infantil como direito educacional pleno e estratégico, reafirmando sua importância na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e alfabetizada desde os primeiros anos escolares.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. 17. ed. São Paulo: Scipione, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- CAPOVILLA, Fernando César; CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra. **Alfabetização**: métodos e práticas de ensino. São Paulo: Memnon, 2004.

- FERREIRO, Emilia. **Pastas de Infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 17. ed. Porto Alegre: Artmed, 1985.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliar na educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- HOFFMANN, Jussara. **O registro e a avaliação na educação infantil: tempos, espaços, contextos e diversidade**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2019.
- KLEIMAN, Ângela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: SIGNORINI, Inês; SOUZA, Maria Eunice (orgs.). **Letramento e cultura escrita**. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 35-62.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Alfabetização e letramento: perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Contexto, 2012.
- PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a gênese da língua escrita na perspectiva sócio-interacionista**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
- OARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2017.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.